



## Os limites do carisma na instituição tradicional: reflexões sobre as reformas do Papa Francisco em chave weberiana

The limits of the charism in the traditional institution: reflections on Pope Francis' reforms throughout the Weberian key

João Décio Passos\*

### Resumo

O presente ensaio oferece uma reflexão sobre as reformas assumidas pelo Papa Francisco na Igreja católica desde sua primeira aparição, após a crise que desembocou na renúncia de Bento XVI. Tendo como referência os tipos weberianos de poder legítimo – dominação carismática, dominação tradicional e dominação burocrática – analisa a conjuntura eclesial atual sob o influxo do carisma reformador de Francisco, carisma legitimado pela tradição da sucessão apostólica e instalado na burocracia eclesiástica. O atual Papa agrega em sua pessoa e função, as configurações carismática, tradicional e institucional. A sociologia weberiana fornece as chaves analíticas para a reflexão, embora não deva induzir à identificação do tipo carismático puro na pessoa do Papa renovador. A tensão entre o carisma, a tradição e a organização burocrática constitui o desafio e a possibilidade de reformas na estrutura e nas funções da Igreja. Francisco depara-se com o desafio de implementar reformas em uma organização que tem como função preservar e não inovar, sendo necessário lançar mão de estratégias que traduzam seus ideais em regras objetivas. Essa passagem do carisma pessoal para a objetividade institucional pode atingir o conjunto da Igreja e, apesar das resistências inerentes a toda instituição burocrática poderá produzir as reformas almejadas.

**Palavras-chave:** tipologias de dominação; reforma; carisma; Papa.

### Abstract

The present essay introduces a reflection on the reforms undertaken by Pope Francis in the Catholic Church since his first appearance, following the crisis that led to Pope Benedict VI's resignation. Having as reference Weberian types of legitimate power, such as charismatic, traditional and bureaucratic domination, this paper analyzes the current ecclesial situation under the influx of Francis' reformed Charism, legitimated by the tradition of apostolic succession and established within the ecclesiastical bureaucracy. The current Pope incorporates in his person and function, the charismatic, traditional and institutional types of power. Weberian sociology provides analytical keys for reflection, although it should not lead to the identification of pure charismatic type in the person of the renovator Pope. The tension between charism, tradition and bureaucratic organization constitutes a challenge and a possibility of reform in the structure and functions of the Church. Pope Francis faces the challenge of implementing reforms in an organization that holds the function of preserving and not innovating, being necessary to use strategies that translate his ideals into objective rules. This passage from personal charism to institutional objectivity can affect the whole Church and, despite all resistances that are inherent to every bureaucratic institution, it may produce the aimed reforms.

**Keywords:** types of domination; reforms; charism; Pope.

---

Artigo submetido em 21 maio 2014 e aprovado em 12 jan. 2015.

\* Doutor em Ciências Sociais (2001) e Livre Docente (2008) pela PUC-SP, professor do Instituto Teológico São Paulo. País de origem: Brasil. E-mail: jdpassos@puccsp.br

## Introdução

As reformas da Igreja vinculadas simbólica e politicamente ao atual Papa já fazem parte do imaginário público de um modo geral. No interior da Igreja Católica a temática é mais complexa. Se, por um lado, atrai de fato adeptos, por outro esconde, por vários meios institucionais, opositores mais ou menos explícitos, assim como os alinhamentos fisiologistas ou, ainda, as rotineiras indiferenças. Francisco tem demonstrado fôlego carismático nesse primeiro ano de pontificado. Encaminha seus projetos em passos lentos, porém sem medo e com notável serenidade. Tem demonstrado ser um carismático sem pressa e capaz de transcender tanto as ansiedades dos reformadores quanto a perplexidade dos vigilantes da conservação. Também é fato, a rotina organizacional da Igreja continua com seu funcionamento regular do mais alto ao mais baixo escalão. Na verdade, a estrutura eclesiástica permanece a mesma com suas normas instituídas, com seus papéis estabelecidos e seus fluxos previstos.

É inevitável ao olhar sociológico detectar paradoxos nessa conjuntura, cujos desdobramentos futuros há de se “pagar para ver”. Certamente, ainda é cedo para prognósticos precisos. As inúmeras variáveis da instituição católica consolidada na longa duração podem configurar conjunturas imprevisíveis, a depender da capacidade de criação e articulação do cardeal jesuíta da periferia da Igreja. As surpresas têm acompanhado seus discursos e gestos já como traço de personalidade e de governo. Os fatos têm indicado que os conservadores não podem esperar mudanças nesse rumo e terão que buscar os meios de sobrevivência ideológica nos próximos anos. O olhar sociológico pode buscar diagnósticos desse quadro inédito a partir de categorias analíticas que ofereçam recursos para captar processos de mudança histórica ou, concretamente, de mudanças institucionais. Com efeito, um paradoxo se instala nesse quadro inédito: a possibilidade de mudança por dentro de uma instituição, por definição tradicional. Movimentos reformadores emergidos fora dos quadros dirigentes das instituições tradicionais fazem parte da história e seus desfechos não precisam ser lembrados em detalhes:

ou se enquadram nas regras da instituição ou são desqualificados como inconvenientes ou, ainda, expurgados como heterodoxos. De outro lado, os rumos de reformas advindas do interior das instituições costumam escrever a história das conspirações, dos golpes e até dos assassinatos. As instituições resistem por sua própria natureza a processos de mudanças, sobretudo às mudanças bruscas que colocam em risco não somente o conjunto da organização, mas, sobretudo, o segundo escalão que sustenta o funcionamento da burocracia em nome da ordem e da estabilidade.

As reflexões que seguem pretendem por à luz a seguinte afirmação que pretende definir a situação do atual Papa: *uma personalidade carismática que ocupa um papel tradicional em uma instituição burocrática*. Esse amálgama político um tanto original dos tipos weberianos de poder, visível no Papa Francisco, é um convite à análise, sobretudo para quem pretende ir além das imagens e fatos veiculados pela grande mídia ou, também, ultrapassar os desdobramentos visíveis de um processo em curso que tende a rotinizar-se por sua própria repetição ou a simplificar-se em nome de leituras de fé.

Os três tipos de poder legítimo construídos por Max Weber<sup>1</sup> podem ser encontrados de modo ponderado na conjuntura complexa e inédita do papado atual. A análise ensaiada deve ser compreendida não somente dentro de seu limite metodológico regular, como tipologias unívocas que visam elucidar uma realidade concreta sem identificar-se com ela (WEBER, 1997, p. 17), mas também no limite que advém do próprio objeto de análise: um tipo de autoridade instituída sob as regras explícitas da autoridade tradicional. A ponderação weberiana sobre o caráter *puro* de sua tipologia analítica adquire, por certo, nesse ensaio sua expressão plena, o que se mostra mais como exercícios analógicos simples de compreensão de um conjunto histórico complexo (ARON, 1993, p. 485-484). Como categoriza Weber, a dominação de tipo carismática legitima-se no dom da personalidade que se apresenta como portadora de uma promessa que rompe com a rotina da história e

---

<sup>1</sup> Max Weber distingue o *poder* como imposição da vontade do líder sem que seja obedecido do *poder legítimo* ou da *dominação* que obtém a obediência de um determinado grupo. (WEBER, 1997, p. 43; ALLAN, 1997, p. 23).

agrega adeptos. O tipo tradicional possui sua legitimidade no passado, na sucessão de linearidades patriarcais, hereditárias ou de transmissão de uma função religiosa como no caso da sucessão apostólica. O tipo racional, que se designa pela regra objetiva, edifica as estruturas funcionais e tem sua concretização emblemática nas burocracias. O que caracteriza esse último tipo é a impessoalidade do poder e a capacidade de funcionar por si mesma, na medida em que estruturado sobre normas racionais objetivas (WEBER, 1997, p. 172-180). A Igreja católica encarna de modo bastante concreto esse último poder com sua organização autofuncional, seus papéis e suas regras estabelecidas e solidificadas. Contudo, o conceito de carisma ora utilizado para designar o perfil do Papa Francisco não deve ser entendido no estrito senso da sociologia weberiana, nem como um tipo puro de poder que encarna a totalidade das características da legitimidade do dom extraordinário ligado diretamente à força transcendente, nem como um poder autônomo definido pela sua total oposição ao poder tradicional. Evidentemente, na condição de Papa, Francisco exerce um poder por natureza tradicional. E é somente dentro desse limite que se pode pensar em sua personalidade e autoridade carismáticas.

O Papa Francisco ainda vive um tempo de incubação do novo, de um carisma não rotinizado e que continua prometendo mudanças efetivas na organização institucional da igreja Católica. A pesada instituição católica hospeda o desconforto do inédito viável e do futuro que pode instaurar o novo. Contudo, ao que tudo indica, não haverá revoluções drásticas no horizonte da Igreja. As mudanças acontecerão no signo da preservação da longa tradição e a busca do consenso permanecerá como regra histórica. A tradição e o carisma habitam hoje o mesmo corpo institucional. Nessa tensão, não haverá, por certo, ganhador ou perdedor, mas avanços possíveis que poderão conduzir a Igreja para uma nova fase em sua história, caso o carisma sobreviva e opere efetivamente nos próximos tempos. A reflexão está, assim, estruturada em quatro pontos fundamentais, com os três primeiros abordando “carisma”, “tradição” e “burocracia” e o exercício de

análise a partir das categorias weberianas, e o último desenvolvido a partir da pergunta pelas possibilidades de renovação do atual pontificado.

## 1 O carisma

A noção de autoridade carismática encontra sua semântica e sua função na relação com o poder tradicional e com a dominação racional-legal. Ele se faz em contraste com a organização burocrática, explica Weber (1982, p. 285) O poder para ser legítimo perante um grupo precisa ser fundamentado em uma autoridade que lhe garanta consenso. O poder de tipo carismático legitima-se no dom extraordinário de uma personalidade; sustenta-se e exercita-se no campo da adesão emocional ou religiosa de um grupo que busca usufruir de seus benefícios, dispensando tanto a regra do fundamento do passado (autoridade tradicional), já que se apresenta como ruptura, quanto às regras racionais objetivas, já que se define pelo extraordinário e pelo pessoal. “Deve-se entender por ‘carisma’ a qualidade, que passa por extraordinária [...], de uma personalidade, por cuja virtude é considerada em posse de forças sobrenaturais e sobre-humanas [...] ou como enviados de deus...” (WEBER, 1997, p. 193). A dinâmica do carisma é a da revelação de Deus que exige reconhecimento e adesão do grupo, apela-se a uma entrega pela via da fé e não da demonstração racional. O portador do carisma é o próprio enviado de Deus para exercer uma missão em um momento histórico geralmente tomado por alguma crise (WEBER, 1997, p. 848).

A partir dessas características não é difícil afirmar e reconhecer que certas pessoas são dotadas de carismas, sobretudo aquelas lideranças que se apresentam com projetos renovadores que rompem com a rotina da história e entram em choque com o que se encontra socialmente estabelecido. Mas, em que sentido se pode falar em poder carismático do Papa Francisco? Como já foi dito, o carisma de Francisco não se trata de um poder carismático no sentido próprio designado por Weber, o que exigiria uma postura de ruptura com a tradição e, por conseguinte, começaria pela negação do próprio papado. De fato, o papado pode ser visto como um modelo emblemático de poder tradicional, herança legítima da sucessão

apostólica destinada a guardar o carisma original do cristianismo; um fato emblemático de carisma institucionalizado e burocratizado. Antes de responder à pergunta convém esclarecer um ponto importante sobre a relação entre carisma e tradição na Igreja católica. Na verdade, a tradição surge quase sempre como construção de um aparato institucional que visa preservar em segurança o carisma de um grupo, caso dos partidos políticos e, sobretudo, das instituições religiosas. Se na sua origem, em estado puro, o carisma se apresenta como oposição ao poder tradicional, na sequência pode ocorrer uma confluência entre os poderes, na medida em que o carisma se rotiniza e busca formas de garantir sua continuidade (WEBER, 1997, p. 857). A luta pela posse do carisma surge no interior do grupo e a busca das regras para transmiti-lo legitimamente desloca-se para a autoridade que se apresenta como a legítima herdeira e a transmissora autorizada. Em nome do carisma, as lideranças se apresentam como autoridade, a partir do carisma se constrói a própria tradição e, como guardiãs do mesmo carisma, são constituídas as linhagens religiosas que avançam pela história afora ligando o presente ao passado. Portanto, a legitimidade da tradição emerge de dentro da própria dinâmica do carisma que deve ser preservado e transmitido para além do tempo e do espaço em que apareceu com sua graça original.

#### **a) O carisma e a Igreja católica**

A Igreja católica se auto-justifica como guardiã e transmissora legítima do carisma de Jesus Cristo: o Filho de Deus encarnado, morto e Ressuscitado que salvou a humanidade e enviou os seus discípulos a anunciar a atualidade dessa boa notícia. A constituição da Igreja e de sua tradição se legitima, evidentemente, sobre esse fundamento carismático original (BOFF, 1994, p. 252-268) As estratégias de vinculação ao carisma fundante podem ser variadas. Os movimentos carismáticos emergem sempre como portadores diretos do carisma pela via do acesso direto ao fundamento. As tradições tibetanas recorrem à reencarnação em cada tempo e espaço como vínculo ao seu fundamento. Os islâmicos dispensam essas mediações

históricas por portarem o carisma fundante dentro do livro do alcorão. A Igreja católica fundamenta-se em relação ao seu carisma *in statu nascendi* por duas vias que podem se complementar ou podem se opor, como demonstra sua longa história:

1<sup>a</sup>) *A sucessão apostólica* que consiste na afirmação do vínculo da autoridade eclesial atual ao mandato original de Jesus pelas sucessivas gerações de líderes que transmitiram sem interrupção esse mandato.

2<sup>a</sup>) *A atualidade do carisma*, sendo que o Espírito do Ressuscitado se faz presente na história constituindo em cada tempo e lugar a Igreja como corpo do Cristo vivo.

Essas duas vias de acesso ao carisma se relacionam de modo dialético na história e na doutrina e na própria teologia. Na história da Igreja, os movimentos reformadores se apresentaram como portadores diretos do carisma, convictos de que o Espírito distribui dons a cada membro da Igreja, sem precisar da mediação da tradição instituída. De outra parte, uma teologia do poder hierárquico se fez sempre mais forte, chamando para a autoridade dos bispos e do Papa o controle último dos carismas presentes na vida dos fiéis: o poder tradicional se torna o critério de leitura e legitimação de um eventual poder carismático. Na teologia se pode pensar em duas posturas eclesiológicas. Uma primeira eclesiocêntrica e hierarcológica centrada no poder tradicional que se define como via obrigatória de acesso ao carisma. Nesse caso, a Igreja é pensada a partir do poder que descende hierarquicamente e reduz em sua ação toda a dinâmica de atualização do carisma. Uma segunda não nega a primeira, mas coloca a hierarquia a serviço do carisma que se faz presente em todo o corpo eclesial como dom do Espírito, do qual a hierarquia é servidora. Vão nessa direção as orientações eclesiológicas paulinas (1Cor 12-14), assim como as do Concílio Vaticano II (*Lumen Gentium*, n. 9-17).

O Papa Francisco deve ser localizado antes de tudo nesse contexto eclesial para que seu “poder carismático” possa ser compreendido em seu significado mais preciso e em suas possibilidades políticas de expansão para além de sua

personalidade. A resposta à pergunta sobre o significado de seu carisma exige dois esclarecimentos fundamentais:

1º) Do ponto de vista da tipologia weberiana não se trata de um poder carismático no sentido preciso, mas de um carisma inserido dentro de uma tradição, o que exige que se busque em sua personalidade e atuação nada mais que analogias com a tipologia, como será feito na sequência.

2º) Do ponto de vista eclesial, o Papa se posiciona claramente como um poder definido como serviço, portanto na concepção eclesiológica que parte de uma eclesiologia carismática: o povo de Deus como condição básica a partir da qual todas as construções históricas encontram seu fundamento e significado (PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, n. 17).

A partir dessas duas premissas é que se pode buscar analiticamente os traços carismáticos de Francisco em sintonia com as características apresentadas por Max Weber.

## **b) O carisma do Papa Francisco**

*A origem do carisma.* Afirma Weber que “carisma é a grande força revolucionária nas épocas vinculadas à tradição” Diferentemente da força transformadora da razão que opera de fora, o carisma é uma renovação que opera por dentro da tradição, nascendo da indignação ou do entusiasmo “significa uma variação da direção da consciência e da ação, com reorientação completa da consciência de todas as atitudes frente às formas de vida anteriores ou frente ao ‘mundo’ em geral” (WEBER, 1997, p. 196-197). A emergência das figuras carismáticas no decorrer da história se liga a crises que solicitam a liderança capaz de oferecer saídas, mediante, seu dom evidente. A renúncia de Bento XVI em meio a uma crise pública da imagem da Igreja e do próprio poder central da Cúria instaurou, de fato, um quadro de expectativa perante o perfil do sucessor: alguém

que deveria retirar a Igreja da crise e conduzi-la por novos rumos. A era fortemente “vinculada à tradição” havia mostrado seus limites e a ruptura já havia sido instalada no próprio ato da renúncia do Papa. O roteiro de emergência da figura carismática estava, de fato, iniciado e os acontecimentos se encaminharam nessa direção. A eleição do cardeal pouco contado para o cargo e que se apresentou não somente como um Papa diferente, mas como um Papa disposto a renovar, revelou a oportunidade de uma figura carismática que rompe dos padrões tradicionais e com as regras burocráticas do poder curial.

*O portador do carisma.* O carisma foi se mostrando como o traço mais visível da figura e da personalidade de Francisco. Sua eleição se deu sob o signo da expectativa do novo e sua personalidade surgiu como ruptura com padrões e promessa de renovação. O perfil do novo Papa o situava mais na linha da ruptura do que da continuidade dos padrões usuais da função. O extraordinário se mostrou em sua simplicidade, transparência e coragem desde que fez suas primeiras aparições e declarações. E não tardou apresentar-se como aquele que veio com a missão de reformar a Igreja. Os traços carismáticos se tornaram sempre mais visíveis e assumidos por Francisco dentro dos enquadramentos institucionais inerentes à função papado. Weber explica que o poder carismático se define pela personalidade portadora de dons extraordinários à qual se vincula imediatamente um grupo de adeptos (WEBER, 1997, p. 193-194). Não há, portanto, carisma desvinculado de uma pessoa e de um grupo que a reconheça como possuidora do dom. A figura carismática se impõe por aquilo que só ela possui como recebido de forças transcendentais. Toda teologia que sustenta a eleição do Papa já é portadora de um forte cunho carismático, de forma que o eleito é apresentado como escolhido por Deus e, por conseguinte, habilitado para exercer a missão em Seu nome. O novo Papa encarnou essa missão antes de tudo como serviço ao povo de Deus. Apresentou-se com um nome programático que evoca a renovação mais que a continuidade, que conclama a todos para a vida simples, para o diálogo e a solidariedade para com os pobres. E, se se avança para além da força simbólica, a adoção do modelo eclesial sugerido por Francisco de Assis constitui, de fato, um movimento de retorno ao carisma cristão em seu *statu nascendi* e exige

relativizações de valores e exigências inerentes ao poder tradicional do papado e da burocracia administrativa da Cúria Romana.

*Os lugares do carisma.* O carisma rompe com as rotinas administrativas dos poderes instituídos segundo a regra da tradição ou da norma racionalmente instituída. A visibilidade do carisma de Francisco se deve em boa medida ao lugar em que o carisma se instalou: na figura tradicional do papado e que, em boa medida, contrasta com a personalidade conservadora do pontífice anterior e se pontencializa com a sua renúncia súbita em meio a uma crise de governo da Cúria e, em boa medida, da Igreja. O carisma se apresenta, nesse caso, como solução necessária e urgente, ainda que não fosse um dote real do novo Papa. Como já foi dito, a personalidade carismática se encaixa de modo justo na conjuntura que busca saída da crise, o que permite afirmar que a figura do novo Papa não tenha emergido fortuitamente do acaso político do último conclave. Ao contrário, é de se pensar precisamente que, na lógica de superação da crise da Igreja, os cardeais tenham buscado a forma mais legítima de superação: a personalidade capaz de encarnar o carisma cristão em seu estado mais original e a partir desse valor maior empreender as reformas necessárias. O contrário, a via tradicional, seria a repetição da institucionalidade e, por conseguinte, a perpetuação da crise.

Mas, o carisma de Francisco é carisma de Bergoglio. O carisma se liga diretamente à qualidade pessoal (WEBER, 1997, p. 197). A sua própria origem contribui com seu perfil de renovador e enriquece seus projetos. Trata-se de um Papa que foi buscado fora dos quadros da burocracia curial e dos alinhados diretos da política central da Igreja; sua origem latino-americana delimita sua experiência histórico-ecclesial, fora das tendências tradicionalistas européias e herdeira de uma tradição ecclesial local marcada pela opção pelos pobres, pela luta por justiça e pela vivência do evangelho em pequenas comunidades. Ademais, sua pertença a uma congregação religiosa o situa em um marco ecclesial e em uma tradição espiritual específica na qual pesa o valor da experiência espiritual e do discernimento, do serviço missionário e dos votos de pobreza. Essa origem é carregada de vivências

carismáticas fundantes que sobreviveram como fidelidade aos propósitos renovadores do Concílio Vaticano II no contexto da periferia do mundo, distante dos centros de poder econômico e eclesial. Esse é, certamente, o significado político mais preciso da denominação “Papa do fim do mundo” utilizada por Bergoglio para se autodefinir. A buscarem um novo perfil para conduzir a barca de Pedro em meio à tempestade, os cardeais rompiam com as regras da conservação tradicional e burocrática defendidas, obviamente, pelos candidatos alinhados à Cúria Romana.

## 2 A tradição

O papado constitui um modelo emblemático do poder carismático tradicionalizado. É quando o carisma, na medida em que vai sendo rotinizado, busca formas de garantir sua continuidade por uma autoridade que, desde então, descansa sua legitimidade não mais diretamente no dom original, mas no passado, na sucessão do poder que liga a autoridade do presente às autoridades anteriores, chegando até às origens (WEBER, 1997, p. 156-159). Nas religiões, a tradição é sempre filha do carisma; existe para administrá-lo no tempo que passa e em cada momento presente. Na rotinização do seu carisma fundante, o cristianismo se institucionalizou formulando doutrinas, regras, papéis e funções que se tornam sempre mais claras, fixas e seguras. No caso do papado, a legitimidade advinda do passado por meio da sucessão apostólica permite ao sucessor de Pedro, designado por Jesus como chefe dos apóstolos (Jo 20,21), exercer sua função como autoridade máxima e central da Igreja (CONGAR, 1997, p. 11-32). Assim ensina a *Lumen Gentium*: “Esta doutrina sobre a instituição, perpetuidade, poder e natureza do sacro primado do Romano Pontífice e sobre seu infalível Magistério, o Sagrado Sínodo novamente a propõe para ser crida firmemente por todos os fiéis” (n. 16). E Max Weber explica: “deve-se entender que uma dominação é tradicional quando sua legitimidade descansa na santidade de ordenações e poderes de mando herdados de tempos distantes, ‘desde tempo imemorial’, crendo-se no mérito dessa santidade” (WEBER, 1997, p. 180) A regra de legitimação tradicional do poder liga o passado (carisma fundante) ao presente (pela autoridade legítima), garantindo a

estabilidade e estruturando os escalões administrativos pelo critério da fidelidade e não primariamente na competência técnica (WEBER, 1997, p. 182).

Por definição, a autoridade tradicional cumpre a função de preservar e não de renovar, mesmo quando se apresenta com projetos inovadores. As renovações são quase sempre adaptações que, na verdade visam resguardar e preservar o passado. Trata-se, no caso, de uma renovação realizada no âmbito da preservação. No poder de legitimação tradicional o passado estará, de algum modo, sempre escondido no presente. E todo processo de mudança terá que se sustentar em mediações políticas herdadas do passado, ainda que essas tendam a negar as rupturas como ruins. Mas, também é verdade que, do ponto de vista da legitimidade do passado, as mudanças podem acontecer, desde que sob a regência da preservação, de forma que é de dentro da própria lógica das mediações do passado que pode emergir a mudança, quando forçada por situações de crise (MARTINS, 1999, p. 14-15).

Por essa razão, não é de esperar de um Papa grandes renovações que venham romper com a tradição. Em todos os graus que possam efetivar-se as reformas religiosas necessitam recorrer ao passado mais remoto, em última instância ao carisma fundante, para que possa ser de algum modo legitimada e possa recolocar a tradição sobre novas bases. Essa operação tem sustentado os reformadores do cristianismo, incluindo até mesmo alguns papas. Em nome do passado mais remoto que se expressa na máxima “nas origens não era assim” é que as reformas podem ocorrer por dentro das tradições e recolocá-la em outra rota, como no exemplo notável da Reforma gregoriana (VELASCO, 1996, p. 153-187). No caso das reformas internas da Igreja, o que ocorre, na verdade, é uma negociação entre a tradição constituída com as renovações propostas. É caso do Concílio Vaticano II que renova visões e práticas da Igreja, porém no curso da continuidade daquilo que compunha a grande tradição. O princípio regente é que a renovação não pode romper com a tradição e só pode justificar-se no signo de sua

legítima continuidade, mesmo quando introduz elementos genuinamente renovadores. Fora da tradição não há carisma! Trata-se, portanto, de rever a tradição, porém a partir de seu próprio fundamento, de renová-la com sua própria essência, porém sem destruir sua edificação anterior (WEBER, 1997, p. 197). Tudo se faz em nome da continuidade, como um aprofundamento que acrescenta se destruir.

Mas, por outro lado, a volta ao carisma é paradoxalmente inerente à instituição religiosa. No seio dessas tradições aparecerão profetas e reformadores que cobram da tradição fidelidade ao seu fundamento primeiro e buscam os meios de purificá-las ou até mesmo de romper com elas. De fato, a tensão entre carisma e tradição acompanha o cristianismo, desde as suas origens. Se a instituição controla, assimila e, até mesmo expurga os carismas, o carisma, por sua vez, julga a tradição a partir de seu fundamento mais puro e mais básico. Fora do carisma não há tradição! Sobre essa máxima atuam os grandes reformadores das tradições religiosas.

As reformas do Papa Francisco se movem dentro desse esquema de compreensão e prática do poder de legitimação tradicional. Talvez uma má notícia para o pensamento revolucionário e para os carismáticos de plantão – os de tipo puro - que afirmam, por princípio, a ruptura com passado como regra básica e radical da renovação. Ademais, a teologia do carisma não sucederá à teologia da tradição como novo paradigma que inauguraria uma nova etapa histórica da Igreja ou como uma mudança de ritmo em sua história lenta (MARTINS, 1999, p. 14). A tradição permanecerá como regra básica de sustentação do poder e da práxis histórica da instituição eclesial, guardadora legítima do carisma cristão, nas mãos dos legítimos sucessores dos Apóstolos. A partir dessas premissas institucionais, podem-se tecer algumas observações sobre as reformas de Francisco:

a) O carisma não constituirá um tipo puro de dominação em alternativa ao tradicional, mas, ao contrário, se exercitará por dentro dele. Essa premissa política é limite e possibilidade. Limite por impedir rupturas drásticas, ainda que o próprio Papa fale em necessidade de reformas estruturais (PAPA FRANCISCO, *Evangelii*

*Gaudium*, n. 27). Essas mudanças poderiam tocar nos papéis e nas funções e não no poder da hierarquia em si mesmo. A possibilidade é que em nome do carisma e, simultaneamente, em nome de sua autoridade tradicional o Papa está autorizado a conduzir mudanças. Nesse sentido, as mudanças só podem vir de dentro da hierarquia, de preferência do poder central, jamais de fora ou dos escalões subalternos. O carisma instalado dentro da tradição pode produzir mudanças inusitadas, no jogo tenso da renovação tradicionalmente legítima, uma vez que o carisma se define precisamente como possibilidade de mudança a partir de dentro (WEBER, 1997 p. 197).

b) A instituição tradicional legitimamente estruturada conta com escalões, papéis e fluxos constituídos e estáveis. O Papa Francisco assumiu o papado com um colégio episcopal constituído em sua imensa maioria por um perfil identificado com o Papa anterior. Esses escalões são evidentemente constituídos sob a fidelidade ao sucessor de Pedro, mas também a partir de uma fidelidade específica e direta a um projeto eclesial sustentado pelo Pontífice anterior. Essa fidelidade tende a persistir, ainda que sob baixa densidade como fidelidade a um modelo do passado e não do presente, como fidelidade à preservação e não à renovação. Se os papéis tradicionais resistem por si mesmos às mudanças, aqueles constituídos sob a égide de certa teologia da conservação tendem a resistir com inércia ainda maior.

c) O pontificado anterior foi interrompido como culminância de uma crise institucional, deixando, ao que parece, como único caminho o retorno à fonte primeira da tradição, ao carisma cristão. A crise não adveio de nenhum projeto carismático-reformador que minou o poder de baixo para cima, mas de dentro do próprio poder central que provocou a retirada da figura tradicional que rompeu com uma dinâmica secular de exercício vitalício do ministério papal. Se a sucessão petrina não sofreu qualquer abalo, a tradição milenar mostrou sua relatividade: o *modus operandi* dessa tradição revelou sua fragilidade e um projeto eclesial atingiu seu ponto de esgotamento histórico. Nesse sentido, pode-se dizer que o poder tradicional viveu uma crise conjuntural, o que poderá permitir ao próprio poder

tradicional de modo inédito mover-se com maior legitimidade e refazer a instituição em tópicos e aspectos possíveis para que possa ser politicamente viável na conjuntura histórica presente.

d) A tradição consome em sua lógica de preservação a força renovadora do carisma, transformando-o em uma energia a seu serviço e em justificativa de suas decisões e formulações. Os projetos de reforma de Francisco correm esse risco de enquadramento institucional, o que, certamente, potencializa-se sempre mais na medida em que o tempo passa e impõe sua inevitável rotina. O carisma pode também ser transformado em uma estética da renovação que esconde sob sua novidade inédita e espetacular as reais necessidades de mudança que toquem nas estruturas e nos papéis instituídos.

### **3 A burocracia**

A Igreja católica evoluiu historicamente para um modo racional de organizar-se, centrado em estruturas, normas e funções previamente determinadas que regulam administrativamente a instituição como uma burocracia. Segundo Weber, a administração burocrática descansa na idéia do direito respeitado pelos membros internos da associação e reconhecido pelos externos; afirma que a norma geral instituída deve ser aplicada nos casos concretos e seguida pelos membros segundo os interesses da instituição e que as chefias obedecem a essas leis objetivas e impessoais (WEBER, 1997, p. 173-174). A racionalidade burocrática se auto-justifica e se auto-regula em seus próprios ordenamentos como máquina capaz de funcionar por si mesma, independente de quem ocupa qualquer papel em sua hierarquia funcional.

A Igreja católica construiu sua organização na medida em que se institucionalizou do ponto de vista da estruturação hierárquica, das normas internas e da organização territorial. Sem dúvida, foi do Império Romano que recebeu as regras e dinâmicas organizativas que a fez sempre mais uma grande burocracia, embora sustentando regras de organização tradicional e de

fundamentação carismática. A racionalidade administrativa organizou a máquina gestora da tradição que preserva e transmite o carisma original. Esta máquina auto-funcional se distingue de outras organizações religiosas ou mesmo de outras burocracias modernas precisamente por misturar em seus ordenamentos elementos dos três tipos puros de poder legítimo, mas também por gerir de modo mais ou menos orgânico três figuras distintas: a Igreja universal com suas estruturas, papéis e regras comuns, o aparelho central da Cúria Romana com seus dicastérios e departamentos e o Estado do Vaticano com suas estruturas próprias. A complexidade administrativa dessas estruturas faz com elas se entrelaçam e, por vezes, se choquem, misturando em muitos casos interesses e funções, incluindo os interesses externos à missão própria da Igreja, uma vez inserida nas regras internacionais das relações diplomáticas e dos interesses políticos e econômicos.

Essa organização exige conhecimento técnico para o exercício das funções, embora esse se misture, muitas vezes, com o princípio da fidelidade à hierarquia segundo a regra do serviço eclesial. Os escalões técnicos da burocracia eclesiástica configuram, desse modo, um segmento profissional ambíguo, por um lado regido pela fidelidade pessoal, por outro pela competência *impessoal* e pela eficiência. O fato é que esse escalão relativamente autônomo é o responsável direto pelo funcionamento da máquina administrativa auto-organizada para o autofuncionamento, do ponto de vista estrutural e processual.

Essa burocracia está diretamente implicada nos propósitos reformadores do Papa Francisco, ainda que constitua, na maioria das vezes, a parte oculta da administração e, por suposto, abrigue sujeitos fiéis ao chefe maior. Contudo, a burocracia bem organizada é a máquina administrativa capaz de funcionar sem a presença física e a ordem pessoal e imediata do chefe maior da corporação, em qualquer nível em que ela opere. No caso da Igreja, isso vale para o funcionamento da Cúria Romana e das cúrias locais, senão até mesmo das estruturas paroquiais. As normas, as funções e as demandas compõem um fluxo contínuo de serviços que são executados no interior da instituição e que dispensam a intervenção direta do

Papa do mais tradicional ao mais reformador.

A burocracia dispensa reformadores quando ela goza de saúde administrativa. E, de um modo geral, para a cultura eclesiástica hegemônica e para os escalões inferiores, a rotina organizacional da Igreja vai bem. Certamente, os ajustes pontuais são bem-vindos, como no caso do Banco Vaticano. Outras reformas, até mesmo as de cunho teológico, podem colocar em risco o bom funcionamento da organização, seus papéis, suas regras bem estruturadas e sua própria estética. De fato, do ponto de vista da organização não se espera do líder críticas que exponham suas fragilidades, mas, ao contrário, discursos convincentes que sustentem publicamente sua imagem de instituição saudável. Ademais, uma eclesiologia da instituição pode fornecer um fundamento resistente às mudanças, uma vez que a estrutura visível da Igreja é entendida como a expressão direta da Igreja fundada por Jesus Cristo.

O Papa Francisco rompeu com o paradigma da consagração teológica da instituição e com a etiqueta administrativa da defesa da organização. Reconheceu os erros da Igreja como vergonha, admitiu publicamente os *lobbies* políticos dentro da Cúria Romana, criticou os carreirismos nos escalões eclesiásticos, determinou a publicação dos relatórios financeiros do Banco Vaticano e tomou medidas de reforma em relação ao mesmo. Tem se mostrado como um líder que se pauta pela transparência, pela sinceridade e pela coragem em empreender reformas que toquem na estrutura burocrática da Igreja, não em nome de sua eficiência, mas de sua coerência evangélica. A esse respeito vale conferir o emblemático discurso proferido aos membros da Cúria Romana onde enumera as possíveis doenças da burocracia eclesiástica (PAPA FRANCISCO, 2014).

Contudo, as propostas de reforma da Igreja enfrentam a burocracia gigantesca de sua própria organização, firmemente assentada sobre tradições milenares e regida pelo Direito Canônico. Essa estrutura tão rígida quanto “eficiente” pode oferecer resistências quase naturais a mudanças que interfiram em seu funcionamento e nos interesses de seus funcionários, nos seguintes aspectos:

a) *Resistência estrutural*. A rotina administrativa costuma dispensar reformas em nome da regra objetiva instituída, no caso da Igreja, da norma de fundamento sagrado. A tradição consolidada na forma da doutrina e estabelecida na forma da lei eclesial sustenta a estrutura eclesial, que em nome de um fundamento advindo do passado, pode negar implícita ou explicitamente a renovação, conforme sugere o próprio Papa (PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, n. 39, 41, 43 e 94).

b) *Resistência funcional*. Os ideais reformadores se deparam, portanto, com os serviços em pleno funcionamento com seus processos, prazos e soluções. Esse funcionamento regular diz respeito aos aspectos micro-estruturais da instituição regidos pelas rotinas pastorais e instados pelas demandas tradicionais vinculadas aos costumes religiosos do povo. A pastoral não pode esperar reformas, ainda que essas apelem para opções profundas dos pastores estabelecidos em suas funções com as garantias canônicas e habilitados em suas rotinas administrativas e pastorais. O risco é o estabelecimento de um paralelismo indiferente às orientações pastorais ou espirituais capazes de reformar as atitudes, as estruturas e os métodos (PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, n. 27).

c) *Resistência inercial*. A rotina produz a indiferença às reformas. Amparadas por ordenações legais, por práticas administrativas e por tradições pastorais as estruturas da Igreja podem contribuir com o esfriamento do carisma renovador que já se difunde como expectativa positiva ou negativa. Como já foi dito, nas práticas tradicionais vinga o novo que negocia com o antigo. Na máquina burocrática o novo pode não acontecer, por rejeição do conjunto ou por se mostrar na prática desnecessário. Ou, ainda, as reformas são recebidas formalmente e logo caem na rotina que faz com que tudo retorne à vivência da norma e à lei do menor esforço.

d) *Resistência política*. Essa pode ocorrer de modo explícito ou velado. Não interessa àqueles que ocupam uma função estável entendida como poder de mando ou como status assumir mudanças de rumo e de práticas. Nesse caso, as

resistências às mudanças podem ser publicamente até bem acolhidas e divulgadas, porém veladamente rejeitadas como incômodo ao que já está instituído. Mas pode haver ainda recrudescimento nas práticas regularmente instituídas de forma que uma vez exercendo corretamente as funções nos termos da norma, ignore legitimamente as mudanças implantadas.

#### 4 As possibilidades

Francisco tem demonstrado resistência carismática na posição de Papa e dentro da burocracia eclesiástica. Continua surpreendendo com sua originalidade que rompe com os padrões e as regras. Pode-se dizer que o carisma ainda não se rotinizou, apesar de pouco reproduzido pelo episcopado de um modo geral. O ideal de reforma está até o momento consolidado como grande apelo à Igreja e pretende criar uma nova cultura eclesial que supere a simples função administrativa e pastoral pelo serviço ao outro.

Seus propósitos reformadores estão a caminho e se mostram sempre mais visíveis para além de suas atitudes pessoais. Já está em curso uma reforma que pode ser definida, segundo os parâmetros da sociologia da organização, como “mudança planejada”, o que se pode verificar pela constituição do grupo dos oito cardeais (“agentes de mudança”) encarregados de elaborar um projeto de reforma segundo um cronograma planejado (CHAMPION, 1985, p. 212-220). Francisco refez a imagem do papado, oficializou sua proposta de reforma da Igreja na Exortação *Evangelii Gaudium* e tem provocado perplexidade na cultura do poder sagrado estabelecida na Igreja. Alguns movimentos contínuos terão de ser feitos para que a reforma se concretize:

a) *Passar do carisma à instituição.* O carisma vigoroso marcado pela simplicidade, pela coerência e pela coragem de renovar a Igreja certamente atrairá adeptos nos quadrantes da Igreja. Porém todo carisma se extingue com seu portador que um dia morre ou perde as forças físicas para exercer sua função, dado que se agrava tendo em vista a longevidade do Papa Francisco. Nesse sentido, o

movimento contínuo de passagem do carisma em instituição é indispensável para que a reforma se concretize. A força fundamental e renovadora do carisma terá que traduzir-se em políticas concretas que interfiram nas regras e no funcionamento da instituição eclesial.

b) *Passar do discurso espontâneo para o discurso oficial.* As intuições externadas, as declarações e, até mesmo, as homilias terão que se tornar Magistério para que possam superar o âmbito da personalidade e os limites do tempo presente e sobreviver como orientações para o futuro. Trata-se de uma tradicionalização consciente do carisma para que possa tornar-se normativo para o conjunto da Igreja. Nesse quesito há de se pensar ainda em uma reforma do próprio Código de Direito Canônico que constitui o núcleo duro da instituição católica.

c) *Passar da autoridade central para a autoridade partilhada.* Os projetos de reforma terão maior eficácia na medida em que envolverem maior número de agentes, de forma a reproduzir não somente o ideário, mas, sobretudo, a constelação concreta dos reformadores, o que se distingue da hierarquia anônima, ainda que jurisdicionada sob a fidelidade. A busca de mecanismos mais concretos de exercício da colegialidade na linha das expectativas do Vaticano II se impõe como um caminho necessário para as reformas (REFORMA, 2013).

d) *Passar do papado aos episcopados.* A sadia descentralização anunciada por Francisco (PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, n. 16) será uma direção fundamental da reforma, o que implica modificações na estatura e nas funções das Conferências Episcopais, dos Sínodos dos bispos e das Nunciaturas Apostólicas. Na medida em que essas funções forem revistas é que se efetivará uma mudança de fato estrutural, capaz de rever o perfil do episcopado constituído, então, como um corpo de “agentes de mudança” e de produzir, por conseguinte, efeitos na central organizacional da Igreja: os organismos da Cúria Romana.

e) *Passar da Cúria para as cúrias.* As reformas em andamento atingirão, ao que tudo indica, antes de tudo a Cúria Romana. As dioceses com suas rotinas

administrativas continuam reproduzindo as regras de sempre, sem necessidade administrativa de acolher as reformas feitas na cúpula central.

Essas passagens não resumem evidentemente uma plataforma ou uma sequência de reformas supostamente necessárias à Igreja. Elas pontuam tão somente aquilo que se inscreve no âmbito mais básico da instituição eclesial e donde pode advir uma sucessão de renovações que atinjam progressivamente o conjunto do corpo eclesial. Para além dessas passagens políticas, residem outras de natureza cultural que dizem respeito aos costumes consolidados nas práticas eclesiais e cuja mudança depende, antes de tudo, da disposição do conjunto dos fiéis; coisa que nenhuma reforma feita a partir da cúpula e até mesmo na estrutura poderá operar automática e imediatamente.

Toda mudança ocorre efetivamente se forem alteradas simultaneamente normas, estruturas, valores e condutas; mudar implica desaprender e aprender de novo (DIAS, 2008, p. 219-220). Ainda que sob as regras da tradição, a reformas em curso terão como desafio apresentar novos valores e criar novas condutas eclesiais, como pautou o Papa em sua Exortação programática, a *Evangelii Gaudium*. O propósito de renovação aí apresentado em linguagem direta e simples tem gerado, ao que parece, mais perplexidade que adesão efetiva da parte do episcopado, de quem se espera um eco imediato das palavras do Papa. Portanto, ainda não dá para falar em um pacto pela reforma da Igreja, mas apenas no lançamento de um ideário que deverá ser traduzido em projeto concreto com atribuições para os diversos escalões da Igreja.

Contudo, a alma de uma reforma da Igreja é, certamente, eclesiológica. Sem uma profunda convicção sobre a natureza *semper reformanda* da Igreja em nome da fidelidade ao Evangelho as reformas poderão nascer e morrer nas terras desertas da burocracia e nas armaduras blindadas dos velhos esquemas teológicos. A reforma da Igreja entendida como consequência necessária da nova etapa evangelizadora exigirá, de fato, “saída” da Igreja de suas posturas institucionalmente consolidadas e, portanto, conversão de todos (PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 27-33). Muitos valores e condutas consolidadas,

tidas como verdadeiras e boas, terão que ser modificadas para que possa acontecer mudanças na direção das exortações do Papa.

## Conclusão

A figura do Papa Francisco porta por si mesma um capital simbólico que atrai audiências e expectativas. Para além do personagem renovador socialmente construído, Francisco continua sendo surpreendente em seus gestos e decisões, o que atrai os olhares de boa parte do planeta. Seu projeto de reforma ainda é monitorado passo a passo por jornalistas, analistas, curiosos, discípulos e inimigos ideológicos. Mas, ainda sobrevive aquela expectativa de boa parte dos católicos referentes às reformas necessárias para a Igreja em crise, desde aqueles fatos que culminaram com a renúncia do Papa Bento XVI.

Se a tradição resiste às mudanças, o carisma a promove e a burocracia clama por elas para que possa sobreviver de modo atualizado. Na verdade, toda organização, particularmente no mundo moderno, entende que sua eficiência está diretamente relacionada a sua capacidade de mudança no âmbito de uma sociedade em constante transformação (DIAS, 2008, p. 217-232). Ainda que o discurso oficial da Igreja católica tenda a negar, em princípio, essa regra, em nome de uma tradição a ser preservada de modo intacto, ela sobrevive, de fato, como urgência em nossos dias. Na verdade, ela já se impôs como cobrança social de reformas no *modus operandi* da Igreja em relação ao comportamento moral do clero, como exigência de transparência na administração dos bens e, até mesmo, como cobrança de explicação sobre os episódios políticos envolvendo a administração central do papado. A legitimidade tradicional não deu conta de zelar da gestão central da Igreja com suas doutrinas, regras corporativas e endogenias legais. A história moderna com seus valores e mecanismos institucionais produziram, em boa medida, as demandas por mudança dentro da Igreja. Em nome dos direitos iguais, da transparência institucional e da aplicação da lei comum, a sociedade por meio de suas instituições legais e da própria mídia, pautou

moralmente a Igreja e cobrou de seus gestores “responsabilidades sociais”. Por mais autonomia que tenha a gestão central da Igreja, se comparada com outras instituições, ela já não pode sobreviver sobre si mesma, alimentado-se de sua própria tradição e de suas regras internas.

Pode-se dizer que não se trata de uma mudança meramente reativa às cobranças externas, mas, no momento, de uma mudança proativa que antecipa do ponto de vista interno da Igreja muito daquilo que se esperava do novo Papa após o conclave. Francisco tem, de fato, se mostrado disposto a conduzir mudanças que rompem com concepções e práticas seculares da Igreja, sobretudo no que diz respeito à moral e à disciplina. Não somente tem encarado de frente os desafios que exigem mudanças nos modos de pensar, de atuar e de operar do conjunto da Igreja, como oferecido fundamentos teológicos para essa mudança. Esses fundamentos se chocarão, com certeza, com uma teologia da tradição hoje hegemônica no pensamento da maioria do episcopado e em parte significativa do clero. Por ora, Francisco segue afirmando que nome do Evangelho a Igreja necessita de uma *renovação inadiável*. Busca, portanto, no carisma cristão os recursos para empreender a reforma da instituição e da organização burocrática. A reforma pretendida é um jogo em curso e se tornará cada vez mais acirrado, na medida em que mais concretizado, exigirá mudanças de vida. Trata-se de confrontos reais, embora na maioria das vezes velados, entre os defensores da tradição e os profissionais burocratas do corpo eclesial. Francisco deu início a um processo de destradicionalização de padrões, idéias e valores, estabelecidos na Igreja e no papado. A burocracia ainda permanece a mesma em sua estrutura e funcionamento. Por ora, ainda vinho novo em odres velhos.

## REFERÊNCIAS

- ALLAN, G. Johnson. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.
- CHAMPION, Dean J. **A sociologia das organizações**. São Paulo: Saraiva, 1985.
- CONCÍLIO VATICANO, 2., 1962-1965. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. (Constituição Dogmática *Lumen Gentium*).
- CONGAR, Yves. **Igreja e papado: perspectivas históricas**. São Paulo: Loyola, 1997.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, José de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia de história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PAPA FRANCISCO. A Curia Romana e o Corpo de Cristo. Encontro com os Cardeais e colaboradores da Cúria Romana para a troca de bons votos de Natal. 22 dez. 2014. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/december/documents/papa-francesco\\_20141222\\_curia-romana.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/december/documents/papa-francesco_20141222_curia-romana.html)>. Acesso em: 23 dez. 2014.
- PAPA FRANCISCO. **Exortação Evangelii Gaudium**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- REFORMA da Cúria Romana. **Concilium**: revista internacional de teologia, Petrópolis, n. 353, 2013/5.
- VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus: processo histórico da consciência eclesial**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.